

NOTAS SOBRE O PAPEL DO GOVERNO NA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

- O SISTEMA DE FUNDOS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO\* -

Wilson Suzigan

IPEA/INPES

Outubro de 1978

---

\* Para uso interno no INPES, apenas.

## 1. Introdução

O objetivo destas notas é o de oferecer um sumário dos resultados até agora alcançados pelo estudo (ainda não terminado) sobre fundos e programas de financiamento, com a finalidade de fornecer subsídios à elaboração do documento de política econômica que procura "instrumentalizar" as proposições contidas em "Prioridades e Perspectivas da Economia Brasileira". Em particular, seguindo o roteiro do referido documento, procura-se aqui fornecer elementos para a parte que trata do papel do Governo na intermediação financeira via sistemas financeiro e de incentivos e subsídios fiscais/financeiros.

Assim, tendo em vista os objetivos do documento e tomando por base os resultados do relatório preliminar do estudo do sistema de fundos,\* procura-se nas seções seguintes abordar resumidamente os seguintes tópicos:

a) o que é o sistema de fundos e programas especiais de financiamento geridos pelos principais órgãos federais;

b) o papel do Governo na intermediação financeira e o sistema de fundos;

c) a política de crédito e os objetivos de estabilização, e sua relação com a evolução dos empréstimos via fundos - como esta última tem contribuído para a expansão dos empréstimos ao setor privado;

d) quantificação de recursos e aplicações do sistema de fundos, com indicações sobre a origem dos recursos e os benefi

---

\* "Notas Preliminares sobre o Sistema de Fundos e Programas Especiais de Financiamento (IPEA/INPES, julho de 1978) mimeo."

ciários das aplicações, distribuição setorial e regional dos recursos; custo efetivo aproximado para o mutuário e garantias exigidas;

e) objetivos de política econômica e as possibilidades de remanejamento dos recursos dos fundos.

Dada a natureza do "setor" em estudo (política de crédito), não cabe aqui fazer propostas concretas de política econômica, mas apenas fornecer elementos que permitam avaliar até que ponto as propostas de outras áreas (ou setores) podem ser viabilizadas por um remanejamento dos recursos internos, sujeito ao condicionante do controle da inflação e sem piorar a distribuição da renda.

## 2. O Sistema de Fundos

Cumprе lembrar, de início, que estão sob consideração nesta nota apenas os fundos de financiamento ao setor privado. Não se trata, pois, de analisar os fundos fiscais ou orçamentários que liberam recursos a fundo perdido ou que simplesmente servem para administrar a alocação de recursos do orçamento. Além disso, o estudo abrange apenas parte do sistema de fundos - a parte substancial, porém - já que foram incluídos apenas aqueles geridos pelos principais órgãos oficiais federais gestores: Banco Central, Banco do Brasil, BNDE, FINAME, BNH e Caixa Econômica Federal.

A primeira consideração a ser feita é sobre o número de fundos existentes. Esta, porém, além de ser uma tarefa difícil (contam-se às centenas os fundos, programas, sub-programas ou linhas específicas de crédito) revela-se ociosa, uma vez que um grande número deles (no caso do Banco do Brasil, a maioria) continuam nos índices oficiais de crédito, bem como nas estatísticas, mas já esgotou seus recursos. Quando este não é o caso, tratam-se outras ve

zes de fundos (ou linhas de crédito) criadas para operarem num período determinado (safra agrícola, por exemplo), após o que permanecem apenas em fase de retorno. Assim, a apreciação seguinte sobre o sistema de fundos de um modo geral, baseia-se naqueles quantitativamente mais importantes em termos de são de aplicações, e que ainda se encontram em operação.

De um modo geral, pode-se caracterizar o sistema de fundos como segue:

a) o Banco Central do Brasil, através de sua Diretoria de Crédito Rural, Industrial e Programas Especiais (DICRI),\* ultrapassando suas funções típicas, atua como um banco central de fomento, principalmente da agricultura (inclusive a exportação de produtos agrícolas).\*\* Para isso conta com 27 fundos e programas de financiamento (alguns dos quais subdivididos em grande número de subprogramas ou linhas específicas), que repassam recursos aos intermediários financeiros (prestadores finais);

b) o Banco do Brasil, por seu turno, atua como o principal agente repassador de recursos dos fundos geridos pelo BACEN e por outras instituições do País e do exterior, aos quais adiciona uma parcela de recursos próprios. São poucos os casos de fundos ou programas operados exclusivamente com recursos ordinários do Banco. É predominantemente um banco da agropecuária e da agroindústria

---

\* Que se subdivide em dois departamentos - o de crédito rural (DERUR) e o de crédito industrial e programas especiais (DESPE).

\*\* No último ano (1977) cresceram também em importância as aplicações na indústria por meio de repasses ao BNDE pelos programas: Programas da SEPLAN e Reserva Monetária (ver adiante).

tria. Mas alguns dos fundos por ele operados beneficiam a indústria e as atividades exportadoras. Em suas estatísticas constam mais de uma centena de fundos/programas, muitos dos quais, porém, já com recursos esgotados.

c) o Sistema BNDE (aqui considerados basicamente o BNDE e a FINAME) constitui-se essencialmente no banco de fomento industrial\* - o BNDE propriamente dito no financiamento de projetos industriais, e a FINAME no financiamento da comercialização de bens de capital -, embora sejam financiados também investimentos em infra-estrutura econômica, desenvolvimento tecnológico e outros. No caso do BNDE, opera com repasses de recursos de fundos administrados pelo BACEN (Programas da SEPLAN e Reserva Monetária) e do PIS/PASEP, aos quais se somam os recursos próprios e os de captação no exterior. A FINAME, por sua vez, opera basicamente com repasses das mesmas fontes do BNDE, mais recursos próprios e repasses do próprio BNDE;

d) o BNH, como o banco (central) da habitação e do desenvolvimento urbano, opera com cerca de 52 linhas de financiamento que repassam recursos aos agentes financeiros (emprestadores finais). Esses recursos provêm de duas fontes principais: a poupança compulsória (FGTS) e a voluntária de captação e aplicação específicas (cadernetas de poupança e letras imobiliárias);

e) a Caixa Econômica Federal, nos programas de financiamento aqui considerados (apenas 4 - três do PIS e o PROGIRO) concede financiamentos para capital de giro para um estrato específico de empresas industriais e comerciais - de propriedade nacional e de pequeno ou médio porte.

---

\* Com ênfase, presentemente, nas indústrias de bens de capital e de insumos básicos.

Após essa breve descrição do sistema de fundos, passa-se a uma apreciação do papel do Governo como intermediário financeiro e da importância relativa da sua atuação via fundos e programas de financiamento.

### 3. O papel do Governo na intermediação financeira e a ponderação do sistema de fundos

Seria quase desnecessário acentuar a importância do papel desempenhado pelo Governo enquanto agente financeiro, assunto já amplamente discutido e de conhecimento geral. Contudo, é importante, para os propósitos desta nota, enfatizar certos aspectos da participação das instituições governamentais de crédito no total de empréstimos do sistema financeiro ao setor privado, a fim de melhor aquilatar a importância da atuação do Governo via sistema de fundos.

A Tabela 1 a seguir apresenta os dados oficiais sobre empréstimos ao setor privado rearranjados de modo a distinguir as participações de instituições oficiais e privadas. O objetivo é dar destaque à participação das instituições oficiais, responsáveis pela maior parte da aplicação por meio de fundos e programas de financiamento, inclusive através de repasses às instituições privadas. Nota-se que a participação das instituições oficiais é predominante e aumenta acentuadamente nos últimos anos, à exceção de 1977 quando ocorre uma redução no ritmo de expansão de crédito por motivos a serem analisados na seção seguinte. Essa estrutura, porém, parece consolidada e fundamenta-se numa divisão de funções tacitamente estabelecida entre Estado e setor privado na alocação de recursos sob o ângulo da modalidade de crédito. Embora não se disponha de dados suficientemente detalhados a respeito, pode-se veri

TABELA 1

90  
 EMPRÉSTIMOS DO SETOR PRIVADO PELO SISTEMA FINANCEIRO, POR EMPRESTADOR FINAL; 1973/77

Saldos em Fins de Período -

Cr\$ Milhões e Percentagens

DISCRIMINAÇÃO	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%
<u>Créditos Oficiais</u>	107 527	45,0	185 675	50,7	310 381	54,3	505 214	56,7	762 166	56,7
Banco Central do Brasil	45 422	19,0	80 643	22,0	132 728	23,2	214 115	24,0	318 446	23,7
Bancos Comerciais	23 394	9,8	37 543	10,2	58 958	10,3	90 808	10,2	139 872	10,4
Federais	5 087	2,1	7 981	2,2	12 328	2,1	18 118	2,0	27 540	2,0
Estaduais	18 307	7,7	29 562	8,0	46 630	8,2	72 690	8,2	112 332	8,4
Financeiras (estaduais)	1 120	0,5	2 084	0,6	3 449	0,6	5 151	0,6	7 531	0,6
Banco de Investimento (estadual)	310	0,1	592	0,2	2 349	0,4	2 934	0,3	2 676	0,2
Banco Nacional da Habitação										
Total bruto	20 620	8,6	36 102	9,8	57 117	10,0	99 797	11,2	166 807	12,4
Repasses (-)	13 250	5,5	26 816	7,3	45 318	7,9	82 213	9,2	137 790	10,2
Total líquido	7 370	3,1	9 286	2,5	11 799	2,1	17 584	2,0	29 017	2,2
Comunidades de Crédito Imobiliário (estaduais)	959	0,4	1 681	0,5	2 479	0,4	2 927	0,3	6 116	0,4
Banca Econômica Federal	11 672	4,9	20 689	5,6	41 788	7,3	72 266	8,1	109 358	8,1
Bancas Econômicas Estaduais	5 070	2,1	8 423	2,3	14 170	2,5	30 335	3,4	45 608	3,4
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	5 368	2,2	11 210	3,0	22 437	3,9	32 726	3,7	49 377	3,7
Bancos Estaduais de Desenvolvimento	4 055	1,7	7 923	2,2	14 292	2,5	27 883	3,1	44 282	3,3
	2 512	1,1	5 046	1,4	4 565	0,8	6 275	0,7	7 057	0,5
Banco Nacional de Crédito Cooperativo	275	0,1	555	0,2	1 374	0,2	2 202	0,3	2 826	0,2
<u>Créditos Privadas</u>	131 560	55,0	180 921	49,3	261 221	45,7	385 630	43,3	582 589	43,3
Bancos Comerciais	50 508	21,1	71 477	19,5	105 592	18,5	156 424	17,6	236 599	17,6
Financeiras	34 844	14,6	42 900	11,7	56 671	9,9	72 352	8,1	91 441	6,8
Bancos de Investimento	29 983	12,5	40 061	10,9	60 833	10,7	88 971	9,9	139 588	10,4
Comunidades de Crédito Imobiliário	13 576	5,7	21 649	5,9	30 249	5,3	52 199	5,9	87 432	6,5
Sociedades de Poupança e Empréstimo	2 649	1,1	4 834	1,3	7 876	1,3	15 684	1,8	27 499	2,0
TOTAL	239 087	100,0	366 596	100,0	571 602	100,0	890 844	100,0	1 344 755	100,0

Banco Central do Brasil, Relatório anual de 1975, in Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 12, nº 3 (março de 1976), p. 77; Relatório de 1976, in Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 13, nº 4 (abril de 1977), p. 61; Relatório de 1977, in Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 14, nº 4 (abril de 1978), p. 71 e informações diretas do BNDE.

ficar que realmente há uma certa especialização de funções, com os intermediários financeiros públicos no suprimento de recursos para capital de investimento e os privados no suprimento de recursos para capital de giro. Os últimos dados a esse respeito foram coligidos para o ano de 1974, e mostram que, de fato, cerca de três quartos do total de empréstimos para capital fixo (investimento) são realizados pelas instituições oficiais. E ademais, se se considera <sup>o</sup>quã da parcela suprida por instituições privadas (cerca de 28%) a quase totalidade se constitui de crédito imobiliário, cujos recursos provêm, em grande parte, ou de repasses do BNH ou de captação através de instrumentos que tem a garantia do BNH (cadernetas de poupança e letras imobiliárias), pode-se concluir que os intermediários financeiros públicos são responsáveis, direta ou indiretamente, pela quase totalidade dos empréstimos ao setor privado para investimento. Enquanto isso, nos empréstimos para capital de giro, as instituições oficiais participam com pouco menos da metade, basicamente através de bancos comerciais oficiais e caixas econômicas, ficando a maior parcela a cargo das instituições privadas (bancos comerciais e bancos de investimento no suprimento de capital de giro propriamente dito, e as financeiras no financiamento da comercialização de bens duráveis de consumo (crédito direto ao consumidor)).

Isso coloca em evidência o papel estratégico desempenhado pelo Estado enquanto agente financeiro e, por conseguinte, mostra a importância do sistema de fundos, já que são justamente os principais gestores de fundos aqui considerados (Banco do Brasil, BNH, Caixas Econômicas e sistema BNDE) os que tem maior participação relativa no total de empréstimos e que mais expandiram su

as operações. Essas observações são corroboradas pelos dados da Tabela 2, que consolida os saldos de aplicações dos fundos e programas de financiamento segundo órgão gestor. Nota-se que, excetuando-se o BACEN, cujos fundos repassam recursos às outras instituições do sistema (cf. Tabela 3), os maiores saldos de aplicações (considerando-se inclusive os repasses do BACEN constantes da Tabela 3) são os do BNH e do Banco do Brasil, seguidos dos do BNDE/FINAME e CEF.

Mais importante, porém, é comparar o total de aplicações dos fundos com o total de empréstimos das instituições oficiais ao setor privado. Para isso elaborou-se a Tabela 4 seguinte, onde aqueles dois valores são relacionados ano a ano. Verifica-se que os empréstimos via fundos representam a maior parcela dos empréstimos totais das instituições oficiais de crédito, e em crescente proporção. Acresce considerar que o sistema de fundos aqui examinado compreende apenas aqueles administrados pelos principais órgãos gestores federais. Portanto, uma comparação mais rigorosa logicamente aumentaria a percentagem de representatividade do sistema de fundos.

Pode-se, portanto, concluir que o sistema de fundos constitui-se na principal forma de apoio creditício do Governo ao setor privado. Como tal, assume grande importância como instrumento de política econômica, capaz de permitir a implementação de políticas visando modificar a estrutura de financiamento em conformidade com os propósitos de modificações na estrutura da produção. Contudo, deve-se considerar suas possíveis implicações sobre a política de estabilização monetária, já que, como se argumenta a seguir, a proliferação e expansão dos fundos nos anos recentes, parece

TABELA 2

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO PELOS FUNDOS E PROGRAMAS DE  
FINANCIAMENTO, SEGUNDO ÓRGÃO GESTOR, 1975/1977

(Saldo em Fim de Período, Cr\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977
Banco Central	47 100	85 636	124 910
Banco do Brasil			
Total Bruto	55 089 <sup>a</sup>	93 616	141 338
- Repasses e Operações p/Conta BACEN	14 224	30 477	55 507
Total Líquido	40 865	63 139	85 831
Banco Nacional da Habitação <sup>b</sup>			
Total Bruto	53 346	92 964	154 576
- Repasses do BACEN	16	16	196
Total Líquido (inclusive repasses a outras instituições financeiras)	53 330	92 948	154 380
Sistema BNDE (exclusive FINAME) <sup>c</sup>			
Total Bruto	18 074	22 302	31 333
- Repasses do BACEN	7 222	12 118	19 409
Total Líquido (inclusive operações com agentes)	10 852	10 184	11 924
FINAME	4 364	10 424	18 044
Caixa Econômica Federal	1 723	4 113	11 754
<b>TOTAL</b>	<b>158 234</b>	<b>266 445</b>	<b>406 843</b>

FONTE: 1 - Banco Central, informações diretas do Departamento Econômico, Divisão de Apuração do Sistema Financeiro Nacional - DICON/SERUR, e do Departamento de Crédito Rural, Divisão de Planejamento, Normas e Controle - DERUR/DIPLA.

2 - Banco do Brasil, informações diretas da Gerência de Fundos e Programas - GEFUP.

3 - Banco Nacional da Habitação, informações diretas da Assessoria de Planejamento e Coordenação.

4 - Sistema BNDE (exclusive FINAME): BNDE, Relatório das Atividades, 1977, e informações diretas.

5 - FINAME: BNDE, Relatório das Atividades, 1977, e informações diretas.

6 - Caixa Econômica Federal: informações diretas da Coordenação de Controle de Programas.

<sup>a</sup>O total para o ano de 1975 foi obtido estimando-se a parcela de empréstimos com recursos ordinários do Banco do Brasil (para a qual não se dispunha de dados) na mesma proporção dos dados efetivos para 1976 e 1977 (cerca de 25% do total).

<sup>b</sup>Alguns dos programas de financiamento do BNH destinam-se ao setor público. Dada a impossibilidade de quantificá-los individualmente, estão compreendidos no total de empréstimos do BNH ao setor privado.

<sup>c</sup>Inclui participações societárias e as aplicações das subsidiárias (FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA), exceto FINAME.

TABELA 3

## REPASSES DOS FUNDOS E PROGRAMAS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

## ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ milhões		
	1975	1976	1977
Banco do Brasil	9 777,3	26 074,6	44 452,1
BNB	2 111,7	3 765,6	5 295,7
BASA	1 291,9	2 132,0	2 613,6
Bancos Comerciais, Oficiais, Estaduais	5 261,4	8 508,4	10 598,8
Bancos Comerciais Privados	4 029,8	7 514,6	9 319,7
BNDE	7 221,7	12 117,7	19 409,2
BNH	16,3	15,6	195,5
BNCC	809,1	1 457,8	1 571,3
Bancos de Desenvolvimento Estaduais	2 075,2	4 423,7	7 000,2
CEF	7,0	1 809,1	1 617,3
CEE	489,6	871,1	1 358,8
Cooperativas de Crédito	84,6	185,3	227,1
Outras Instituições Financeiras:	438,0	1 792,1	3,5
.Públicas	3,0	3,0	3,0
.Privadas	434,0	1 788,6	-
.Externas	1,0	0,5	0,5
TOTAL <sup>b</sup>	33 613,6	70 667,6	103 662,8

FONTE: BACEN, informações diretas do Departamento Econômico, Divisão de Apuração do Sistema Financeiro Nacional - DICON/SERUR.

<sup>a</sup>Os dados de repasses ao Banco do Brasil estão em discrepância com os da Tabela 2 em virtude de estarem incluídos na última, as "operações por ordem e conta do BACEN".

<sup>b</sup>A diferença em relação ao total do saldo aplicado pelos fundos geridos pelo BACEN (Tabela 2) se deve a: repasses a instituições não-financeiras (públicas e privadas), transferências para outros fundos e outras aplicações.

ser uma das causas da recorrência de altas taxas inflacionárias.

4. A política creditícia, os objetivos de estabilização e a expansão do sistema de fundos

De fato, tudo indica ser a expansão das aplicações via fundos de financiamento a principal explicação para o rápido aumento do crédito ao setor privado pelas instituições oficiais, principalmente nos anos 1973/75. A evidência a respeito, contudo, é escassa. Há a considerar o fato de que a maior parte dos fundos foi criada a partir justamente de 1973/74. Porém, mesmo dispondo-se de informações quantitativas sobre os fundos para apenas três anos (1975/1977), procura-se mostrar a seguir que eles tem se constituído no elemento dinâmico da política de crédito. Vale iniciar com uma pequena digressão sobre a própria política creditícia.

É sabido que no período de rápido crescimento econômico a partir de 1967/68, o aumento da produção se fez acompanhar por generosos aumentos no suprimento de crédito. As taxas reais de aumento anual do crédito total entre 1967 e 1973 chegavam perto dos 30%, e no caso particular das instituições oficiais eram ainda maiores (31%). A partir de 1974, no entanto, a política creditícia passou a limitar a expansão do crédito total, que passou a apresentar taxas menores de aumento em termos reais (ver Tabela 5): 18% em 1974; 22% em 1975, e bem menores em 1976 e 1977 (11% e 6%, respectivamente). Isso estava em consonância com a política de "desaceleração" da economia, posta em prática com o fim de minorar os efeitos e possibilitar controlar as causas da inflação, bem como possibilitar o reequilíbrio das contas externas do País. No entanto, as taxas anuais de acréscimo real no suprimento de crédito por parte das instituições oficiais continua

TABELA 4

RELAÇÃO ENTRE OS EMPRÉSTIMOS DOS FUNDOS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO  
E O TOTAL DE EMPRÉSTIMOS DAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS AO  
SETOR PRIVADO, 1975/77

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO	Cr\$ milhões e percentagens		
	1975	1976	1977
1 - Via fundos e programas de financiamento	158 234	266 445	406 843
2 - Total das instituições oficiais	310 381	505 214	762 166
3 - = (1)/(2) (%)	51,0	52,7	53,4

FONTE: Tabelas 1 e 2.

ram, pelo menos até 1975, a serem elevadas - da ordem de 34% em 1974 e 31% em 1975 -, e caíram menos que as do crédito total em 1976/77. Esse comportamento implicou no já comentado aumento acentuado na participação das instituições oficiais (de 45% em 1973 para 57% em 1977), e pode ser em boa parte decorrência da atuação via fundos e programas de financiamento.

De fato, não apenas a participação do sistema de fundos aumenta, como se viu, como também suas taxas reais de crescimento devem ter sido muito mais elevadas que as do crédito total e as das próprias instituições oficiais como um todo. Mesmo nos anos de 1976/77, únicos para os quais é possível a comparação, os fundos mostraram-se muito mais dinâmicos, como se pode ver pela tabela-resumo (Tabela 6). Verifica-se que, apesar da política de contenção do ritmo de expansão do crédito total (que caiu de 22% em 1975 para 10,4% em 1976 e 5,7% em 1977), o aumento dos empréstimos do sistema de fundos permaneceu elevado em 1976, muito acima da taxa de crescimento dos demais créditos das instituições oficiais e das instituições privadas, e reduziu-se em 1977 menos que proporcionalmente à redução do crédito total.

Assim, o papel dos fundos, ao lado de ser o de representarem um poderoso instrumento de fomento à produção via crédito, tem sido também o de ampliar o próprio papel do Estado enquanto agente financeiro, trazendo adicionalmente evidentes dificuldades para a política de estabilização monetária.

##### 5. Quantificação de recursos e aplicações do sistema de fundos e programas de financiamento

O mais importante conjunto de informações sobre o sis

## EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO PELO SISTEMA FINANCEIRO, POR EMPRESTADOR FINAL, 1973/77

Valores em Cr\$Milhões a Preços de 1977 e Variações Percentuais

Saldos em Fim de Período -

DISCRIMINAÇÃO	1973	1974	1974/1973 (%)	1975	1975/1974 (%)	1976	1976/1975 (%)	1977	1977/1976 (%)	1977/1973 (%)
<u>Instituições Oficiais</u>	356 049	478 544	34,4	625 768	30,8	721 734	15,3	762 166	5,6	114,1
Banco do Brasil	150 404	207 843	38,2	267 597	28,8	305 879	14,3	318 446	4,1	111,7
Bancos Comerciais	77 464	96 760	24,9	118 867	22,9	129 726	9,1	139 872	7,8	80,6
Federais	16 845	20 569	22,1	24 855	20,8	25 883	4,1	27 540	6,4	63,5
Estaduais	60 619	76 191	25,7	94 012	23,4	103 843	10,5	112 332	8,2	85,3
Financeiras (estaduais)	3 708	5 373	44,9	6 940	29,2	7 370	6,2	7 531	2,2	103,1
Banco de Investimento (estadual)	1 026	1 526	48,7	4 736	210,4	4 191	-11,5	2 676	-36,2	160,8
Banco Nacional de Habitação										
- Total bruto	68 278	93 046	36,3	115 155	23,8	142 567	23,8	166 807	17,0	144,3
- Repasses (-)	43 875	69 113	57,5	91 367	32,2	117 447	28,6	137 790	17,3	214,1
- Total líquido	24 403	23 933	- 1,9	23 788	- 0,6	25 120	5,6	29 017	15,5	18,9
Sociedades de Crédito Imobiliário (estaduais)	3 176	4 332	36,4	4 993	15,4	4 181	-16,4	6 116	46,3	92,6
Caixa Econômica Federal	38 649	53 322	38,0	84 250	58,0	103 237	22,5	109 358	5,9	183,0
Caixas Econômicas Estaduais	16 788	21 708	29,3	28 568	31,6	43 336	51,7	45 608	5,2	171,7
Sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	17 775	28 892	62,5	45 236	56,6	46 751	3,4	49 377	5,6	177,8
Bancos Estaduais de Desenvolvimento	13 427	20 420	52,1	28 814	41,1	39 833	38,2	44 282	11,2	229,8
PIS	8 318	13 005	56,4	9 204	-29,2	8 964	- 2,6	7 057	-21,3	-15,2
Banco Nacional de Crédito Cooperativo	911	1 430	57,0	2 770	93,7	3 146	13,6	2 826	-10,2	210,2
<u>Instituições Privadas</u>	435 629	466 291	7,0	526 655	13,0	550 900	4,6	582 589	5,8	33,7
Bancos Comerciais	167 245	184 219	10,2	212 887	15,6	223 463	5,0	236 599	5,9	41,5
Financeiras	115 378	110 567	- 4,2	114 256	3,3	103 360	- 9,5	91 441	-11,5	-20,7
Bancos de Investimentos	99 281	103 250	4,0	122 647	18,8	127 101	3,6	139 588	9,8	40,6
Sociedade de Crédito Imobiliário	44 953	55 796	24,1	60 986	9,3	74 570	22,3	87 432	17,3	94,5
Associações de Poupança e Empréstimo	8 772	12 459	42,0	15 879	27,5	22 406	41,1	27 499	22,7	213,5
TOTAL	791 678	944 835	19,4	1 152 423	22,0	1 272 634	10,4	1 344 755	5,7	69,9

INTE: As mesmas da Tabela 4. Os valores a preços correntes foram deflacionados pelo índice geral de preços, critério de disponibilidade interna, de Conjuntura Econômica, FGV, vol. 32, nº 8 (agosto de 1978), p. 236.

TABELA 6

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO REAL DOS EMPRÉSTIMOS AO

SETOR PRIVADO, 1976/77.

	Percentagens	
	1976	1977
Instituições Oficiais	15,3	5,6
- Fundos	19,3	6,8
- Outros Créditos	11,2	4,2
Instituições Privadas	4,6	5,8
TOTAL	10,4	5,7

FONTE: Tabelas 2 e 5.

tema de fundos, sem dúvida, é o que diz respeito à quantificação dos recursos segundo a origem e das aplicações segundo o destino (setorial, regional ou produtos específicos), com possíveis indicações sobre os beneficiários,\* o custo efetivo dos empréstimos para o tomador e as garantias exigidas. Conquanto meramente indicativos os dados reunidos permitem algumas inferências sobre os fluxos de recursos e os efeitos concentradores dos empréstimos (em termos setoriais e regionais, e na agricultura, a nível de produtos). Para maior facilidade de exposição, a análise é feita segundo cada órgão gestor, e inicialmente tratando apenas da quantificação dos recursos e aplicações e a distribuição destas últimas segundo setores. Outros aspectos relevantes quanto às aplicações serão tratados em conjunto, ao final da seção.

a. Banco Central. No caso dos fundos e programas administrados pelo Banco Central, as fontes de recursos encontram-se resumidas na Tabela 7 seguinte. Nota-se que a quase totalidade provem da captação de recursos não-monetários, sendo que os recursos do Tesouro (inclusive dotações orçamentárias da União) ascendem a apenas pouco menos de 2%. As principais fontes são as cotas de contribuição (confisco cambial) cobradas sobre os principais produtos primários de exportação, que representam cerca de um terço do total; as arrecadações do Imposto sobre Operações Financeiras, os adiantamen-

---

\* O ideal seria dispor de informações sobre o "beneficiário médio" de cada fundo/programa (em termos de tamanho, nacionalidade, setor, etc.) para se poder julgar sobre os possíveis efeitos concentradores da política creditícia (sistema de fundos). Para isso, no entanto, seria necessário trabalhar a nível não apenas dos órgãos gestores dos fundos, mas também dos respectivos agentes financeiros (prestadores finais), o que evidentemente seria trabalho para um projeto específico de pesquisa.

TABELA 7  
FONTES DE RECURSOS DOS FUNDOS E PROGRAMAS ADMINISTRADOS  
PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1977

FONTES DE RECURSOS	Cr\$ milhões e percentagens	
	Cr\$ MILHÕES	%
I - Recursos do País	<u>113 585</u>	<u>95,1</u>
1. Cotas de contribuição cobradas sobre produtos de exportação <sup>a</sup>	39 675	33,2
2. IOF (inclusive multas)	25 631	21,5
3. Adiantamento do BACEN	23 362	19,5
4. Colocação de ORTN's	10 517	8,8
5. Resultados Operacionais	5 329	4,5
6. Incentivos Fiscais	5 104	4,3
7. Tesouro Nacional e Dotações Orçamentárias da União	2 214	1,8
8. Outros <sup>b</sup>	1 753	1,5
II - Recursos do Exterior	5 826	4,9
III - Total ( = I + II)	<u>119 411<sup>c</sup></u>	<u>100,0</u>

Fonte: Elaborado a partir de informações diretas do BACEN, Departamento Econômico, Divisão de Apuração do Sistema Financeiro Nacional - DICON/SERUR.

<sup>a</sup> Compreende: café, cacau, soja e derivados, carne bovina, quartzo, algodão e peles de animais silvestres.

<sup>b</sup> Compreende principalmente: recolhimentos compulsórios (Resoluções 69 e 260 do BACEN); operações com a USAID; PIS; recursos de outros fundos e participações dos agentes.

<sup>c</sup> O total difere ligeiramente do total de aplicações (Tabela 2) em virtude de arredondamentos e dificuldades na identificação de algumas das fontes de recursos.

tos do próprio BACEN aos fundos, que parecem ser lastreados com captação de recursos não-monetários, como os depósitos restituíveis (sobre importações, derivados de petróleo e sobre viagens ao exterior) e outros,\* e por operações com o Tesouro Nacional; a colocação de ORTN's (open market); resultados operacionais, e incentivos fiscais.

No caso dos recursos oriundos do confisco cambial, é sabido que constituem o FDPE - Fundo de Defesa de Produtos de Exportação, que se destina a transferir esses recursos para outros fundos que, por sua vez, beneficiam a agricultura.\*\* Portanto, os recursos extraídos da agricultura (produtos de exportação) voltariam para o setor agrícola (mas não necessariamente para o sub-setor exportador). Ocorre, porém, que uma parte substancial desses recursos não está sendo aplicada dessa forma, destinando-se na verdade a "instituições públicas não-financeiras" (Cr\$ 7,4 bilhões em 1977) e a "outras aplicações" (Cr\$ 7,4 bilhões no mesmo ano). Configura-se assim um quadro semelhante ao criado pela taxa oficial (sobrevalorizada) de câmbio no pós-guerra e anos 50 que, funcionando como um imposto sobre a exportação de café e outros produtos de exportação, transferia recursos da atividade exportadora (agrícola) para a importadora (principalmente indústria).

De um modo geral, porém, as aplicações dos fundos administrados pelo BACEN destinam-se em sua maior parte para a agricultura. Uma estimativa aproximada, para a qual as aplicações do

---

\* Ver "Relatório do Banco Central do Brasil-1977, in Boletim do Banco Central do Brasil, Vol.14 nº 4 (abril de 1978), pp.75-77.

\*\* Principalmente os fundos do FUNAGRI (FNRR, FUNDEPE e FUNDAG) que são operados pelo Banco do Brasil.

FDPE em transferências para "outras aplicações" e para "instituições públicas" foram consideradas fora da agricultura, chegou-se ao seguinte resultado: no ano de 1976, o saldo de aplicações estaria subdividido em cerca de 60% para agricultura e exportação, e os restantes 40% para indústria, infra-estrutura e outros programas especiais. No ano de 1977, essas percentagens teriam evoluído para respectivamente 53% e 47%, devendo-se o aumento no saldo de aplicações na indústria à quadruplicação (em termos nominais) dos repasses do fundo Programas da SEPLAN para o BNDE. \* Este é aliás, o principal beneficiário dos repasses destinados ao setor não-agrícola.

b. Banco do Brasil. As operações do Banco do Brasil com fundos e programas de financiamento são financiadas com recursos, em sua maior parte, de repasses recebidos de outras instituições. Um resumo das principais fontes no ano de 1977 é apresentado na Tabela 8. Observa-se que apenas pouco mais de um quarto do total é constituído de recursos ordinários do BB. \*\* As mais importantes são as representadas por repasses do Banco Central, de entidades diversas (entre as quais se destacam o IAA e o BNH) e recursos do PASEP. Dentre os recursos do exterior, a quase totalidade provém de empréstimos em moeda estrangeira ao abrigo da Resolução 63 do Banco Central.

---

\* As estimativas foram baseadas em informações sobre as aplicações dos fundos fornecidas diretamente pelo BACEN, Departamento Econômico - Divisão de Apuração do Sistema Financeiro Nacional, DICON/SERUR e Departamento de Crédito Industrial e Programas Especiais.

\*\* Os recursos ordinários constituem, na verdade, a principal fonte de recursos quando considerados os empréstimos totais do Banco, onde se destacam as operações normais através das suas várias carteiras.

TABELA 8  
BANCO DO BRASIL, PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS  
DAS OPERAÇÕES COM FUNDOS E PROGRAMAS  
ESPECIAIS, 1977

	Cr\$ MILHÕES	%
I - Recursos do País	<u>126 258</u>	(89,3)
1 - Ordinários do BB	39 308	(27,8)
2 - Repasses BACEN <sup>a</sup>	55 506	(39,3)
3 - Repasses Entidades Di- versas	23 953	(16,9)
4 - PASEP	7 491	5,3
II - Recursos do Exterior	<u>15 093</u>	(10,7)
1 - Resolução 63 - BACEN	14 600	10,3
2 - Outros	493	0,4
TOTAL	141 351	100,0

FONTE: Elaborado a partir de informações diretas do Banco do Bra-  
sil, Gerência de Fundos e Programas - GEFUP.

<sup>a</sup>Inclusive "Operações de Ordem e Conta do BACEN".

Quanto às aplicações dos fundos e programas do BB segundo setores, \* estimou-se que no ano de 1977 as atividades agropecuárias (inclusive agroindústria) absorveram cerca de <sup>54%</sup> 54% do total, ficando o restante dividido entre indústria (12%), exportação (12%), setor público (7%) e crédito geral (12%), este último compreendendo basicamente as operações com recursos externos da Resolução 63, que se destina a agropecuária, indústria, comércio, prestação de serviços e serviço público, o que faz com que as percentagens dos respectivos setores sejam, na realidade, um pouco superiores às mencionadas acima.

c. BNDE (inclusive repasses às subsidiárias). As fontes usuais de recursos para o BNDE são conhecidas e resumem-se em: recursos do PIS/PASEP (51% em 1977); recursos de geração interna (16,7%); repasses de outras instituições principalmente dos fundos administrados pelo BACEN (18,4%), e recursos do exterior (11,7% em 1977). E suas aplicações\*\* beneficiam, em termos de setores, principalmente a indústria, com ênfase nos ramos industriais produtores de insumos básicos e de bens de capital (inclusive comercialização, através dos repasses à FINAME), os quais absorveram 71,4% das aplicações em 1977. O restante destina-se a outros programas específicos que beneficiam indústria (pequena e média empresas, financiamento e acionistas, modernização e capitalização de empresas, desenvolvimento tecnológico) e infraestrutura econômica.

d. BNH. A principal fonte de recursos para os programas do BNH, como se sabe, é a poupança compulsória representada

---

\* Excetuando-se as "operações de ordem e conta do BACEN"

\*\* Inclusive repasses às subsidiárias, porém sem considerar as aplicações destas com recursos de outras fontes.

pela arrecadação do FGTS, que em 1977 representou 41% do total de recursos. ~~A parte restante provém do sistema brasileiro de Poupança e Empréstimo, com recursos pela arrecadação do FGTS, que em 1977 representou 41% do total de recursos.~~ A parte restante provém do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, com recursos captados através de cadernetas de poupança e letras imobiliárias. Esses recursos são em sua maior parte aplicados nos programas habitacionais e operações complementares habitacionais (nestas principalmente pelo RECON - financiamento para materiais de construção), que em 1977 representaram cerca de 64% do total de aplicações, quer se trabalhe com o saldo de aplicações, quer com as aplicações realizadas no ano (fluxo). Na área de desenvolvimento urbano, que tem se expandido mais rapidamente, as aplicações representam cerca de 30% do total, ficando o restante por conta de "operações de apoio técnico e financeiro", cuja principal parcela é representada pelo financiamento de ativo fixo e/ou capital de giro das empresas produtoras de materiais de construção.

e. Caixa Econômica Federal. No caso dos fundos e programas administrados pela CEF, estão sendo considerados aqui, como já foi esclarecido, apenas os três que operam com recursos do PIS\* e o PROGIRO - Programa Especial de Apoio a Empresas Brasileiras de Pequeno e Médio Porte. Todos destinam-se a suprir capital de giro num estrato específico de empresas: de pequeno e/ou médio portes. Os recursos, no primeiro caso, são obviamente oriundos

---

\* A saber: PIS/Normal, MINI-PIS e CCI - Cédula de Crédito Industrial.

do Fundo de Participação do PIS,<sup>\*</sup> e no caso do PROGIRO, de uma composição que compreende: Cr\$ 3 bilhões de cadernetas de poupança da própria CEF, 1 bilhão de recolhimento restituível sobre óleo combustível e 3 bilhões das reservas de contingência do orçamento monetário (União), perfazendo o total de Cr\$ 7 bilhões. Esses recursos já foram totalmente aplicados no período da entrada em operação do PROGIRO (maio de 1977) até início de 1978, e o destino setorial das aplicações é, de um modo geral, empresas (pequenas e médias) das atividades industriais, comerciais ou de prestação de serviços.

#### 6. Indicadores da distribuição regional das aplicações e do custo efetivo dos financiamentos

As informações sobre outros aspectos relevantes das aplicações (regiões, beneficiários e custo efetivo) são mais difíceis de serem obtidas. No caso da distribuição espacial das aplicações, seria necessário descer a nível de cada operação, já que a maioria dos fundos e programas abrange várias regiões ou mesmo todo o País. Quanto aos beneficiários, as informações são, no mais das vezes, vagas ou pouco precisas, como "produtores rurais", "empresas industriais e comerciais", etc. E a apuração do custo efetivo torna-se difícil porque além das taxas e comissões con

---

\* A partir de 1/7/74, quando da transferência para o BNDE da administração dos recursos do PIS, a CEF ficou com a administração de apenas parte de tais recursos - a que estava aplicada em capital de giro (cerca de Cr\$ 2.200 milhões). Toda a parte aplicada em financiamento de capital fixo passou à administração do BNDE. Além disso, os juros recebidos pela CEF nas aplicações de giro, dentro dos sub-programas PIS/NORMAL, MINI/PIS e CCI, são repassados ao BNDE, ficando portanto, sob administração da CEF apenas o principal corrigido monetariamente segundo a variação das ORTN's.

tratuais, há reconhecidamente uma série de operações paralelas, que evidentemente incidem indiretamente sobre o custo do financiamento, e sobre as quais, por razões óbvias, não se tem registros. Assim, o que segue é meramente especulativo e baseado em informações incompletas.

Primeiramente, quanto à distribuição regional, foi impossível de ser determinada para os fundos administrados pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil. No primeiro caso porque, como se sabe, o BACEN só atua sob a forma de repasses, e assim sendo a distribuição regional é computada a nível dos emprestadores finais. No caso do Banco do Brasil, a maioria dos fundos e programas tem aplicação inter-regional, e o Banco não apresenta dados sobre empréstimos a nível regional ou estadual. Há, contudo, indicações de que o crédito concedido via fundos por esses dois gestores é regionalmente concentrador, pelo menos no que diz respeito ao crédito agrícola. Como a maioria dos fundos/programas por eles administrados destina-se a aplicações no setor agrícola, essa consideração pode ser generalizada. Assim, conforme estimativa para o ano de 1975,\* a relação entre o crédito rural e o valor da produção agropecuária segundo as diversas regiões seria de 44% no Nordeste, 136% no Centro-Oeste, 111% no Sul e 95% no Sudeste. Em termos de lavouras, o efeito concentrador seria ainda maior - apenas cinco produtos teriam recebido 76% do acréscimo do crédito agrícola no período 1969/75.

Nos casos dos outros órgãos gestores aqui considerados, há informações sobre a distribuição regional do saldo de

---

\* Apresentada por Tito Bruno Bandeira Ryff em "Crédito Rural, Eficiência e Justiça", Jornal do Brasil, Caderno Especial, 30/7/78.

aplicações, apresentadas na Tabela 9 seguinte. Observa-se que, de um modo geral, há uma forte concentração nas regiões Sudeste/Sul, como seria de se esperar. Esta contudo é bem mais pronunciada em virtude do tipo de atividade que beneficia, a comercialização de bens de capital, altamente concentrada em termos regionais. Os únicos com maior dispersão regional são o BNDE, que destinou mais de um quarto de seus créditos ao Nordeste; e o PRÓGIRO da Caixa Econômica Federal, cuja regulamentação específica que obrigatoriamente 50% das aplicações devem ser destinadas a pequenas empresas, dos quais 20 pontos percentuais nas áreas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Espírito Santo e Minas Gerais (polígono das secas).

Quanto aos possíveis efeitos concentradores em termos dos beneficiários, não há indicações que permitam um julgamento. Como foi mencionado atrás, para isso seria necessário um estudo, a nível dos agentes financeiros (emprestadores finais), de cada operação de crédito realizada. Cabe apenas considerar que na regulamentação dos fundos a definição do beneficiário é muito genérica. Poucos são os fundos que tem por finalidade atender exclusiva ou principalmente pequenos produtores e/ou pequenas empresas. E mesmo quando esse é o caso, o que se faz é estabelecer um limite máximo por empréstimo, o que não necessariamente significa que se estará atendendo a pequenos produtores. No caso específico da agricultura, há uma estimativa que indica que somente 20% dos estabelecimentos agrícolas teriam se beneficiado com o crédito rural no ano de 1975.\* Além desses aspectos, é provável que a exigência de garantias reais (títulos

---

\* Tito Bruno Bandeira Ryff, op.cit.

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS CRÉDITOS DE FUNDOS E PROGRAMAS

DE FINANCIAMENTO SEGUNDO ÓRGÃO GESTOR, 1977

Percentagens sobre o saldo de aplicações

Regiões	BNDE	FINAME *	BNH	Caixa Econômica Federal	
				PIS	PROGIRO
Norte	0,3	1,4	2,4	2,1	5,1
Nordeste	27,3	13,7	13,9	10,4	18,5
Sudeste	52,0	68,0	48,0	63,8	51,4
- SP/RJ	-	48,3	-	59,5	42,1
Sul	19,0	11,3	12,9	21,6	22,4
Centro-Oeste	1,4	5,6	7,8	2,1	2,6
Inter-Regional	-	-	15,0	-	-

Fonte: Informações diretas dos órgãos gestores.

\* Refere-se às aplicações no ano de 1976.

de propriedade) dificultem o acesso ao crédito de pequenos produtores rurais e de pequenas empresas industriais.

Por último, as estimativas sobre o custo efetivo dos recursos dos fundos/programas para o tomador final. Embora re<sub>u</sub>conhecendo que uma parte dos encargos é de difícil mensuração - aquela que os agentes financeiros cobram "por fora" em operações paralelas,\* - as evidências obtidas podem ilustrar o mau uso que vem sendo feito desse importante instrumento da política de crédito, a taxa efetiva de juros.

Em primeiro lugar, há uma extrema variação de taxas entre os fundos/programas e inter-setorial e regional que, porém, não revela qualquer programa consciente de aplicação de diferenciais com objetivos de política econômica. O próprio Governo reconheceu publicamente esse fato ao mencionar pela imprensa que o Conselho Monetário Nacional estudava a uniformização das taxas de juros dos programas especiais visando a "eliminar o verdadeiro coquetel de taxas".\*\* Não se tem notícia, porém, da implementação ou não dessa uniformização.

Em segundo lugar, as incoerências do ponto de vista econômico-social da estrutura de taxas efetivas de juros. Assim, os juros de empréstimos rurais, que são administrados pelo Banco Central e operados pelo Banco do Brasil e demais bancos co-

---

\* Sabe-se, por exemplo, que os agentes financeiros costumam exigir que o tomador dos recursos de fundos ou programas oficiais realizem operações complementares (aplicação em letra de câmbio, CDB, seguro, fundo mútuo, etc.) de forma que a taxa efetiva do empréstimo aproxime-se da de mercado. Assim, o subsídio via crédito pode estar, pelo menos em parte, sendo apropriado pelo agente financeiro.

\*\* Jornal do Brasil, 21/2/78.

merciais, são fortemente subsidiados, variando a taxa de juros de 7 a 15% (e excepcionalmente até 22-24%, em alguns programas) ao ano, sem correção monetária, devendo-se observar ainda que para certos tipos de financiamentos, como aquisição de defensivos, o custo é zero. Já no caso da indústria, o custo é relativamente mais alto, mas ainda subsidiado. - No BNDE, os financiamentos dos programas FINAC e PROCAP, bem como os de pequenas e médias empresas e as operações dirigidas às regiões Norte e Nordeste, tem a correção monetária limitada a 20% a.a.; na FINAME, o Programa Pequena e Média Empresa tem também limitada a correção monetária de seus financiamentos a 10% a.a.; e por último, o PROGIRO, gerido pela CEF opera com taxas de 20% a.a. para as pequenas empresas e 25% a.a. para as médias, sem correção monetária. As taxas efetivas relativamente mais caras são as dos programas que se destinam a financiar investimentos com finalidades sociais (infra-estrutura regional e urbana, habitacionais, saneamento, abastecimento d'água, etc.), que cobram juros (até 10%) mais correção monetária plena (UPC, ORTN ou variação cambial). Vale, para finalizar, observar que não se pretende argumentar que a agricultura não deva receber subsídio via crédito. Pretende-se apenas questionar a escala de valores que, pressionada talvez por fatores conjunturais (como a necessidade de incrementar exportações) coloca os investimentos sociais como última prioridade e, por isso, com recursos relativamente mais caros.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

Tabela A.1 - Banco Central do Brasil, Saldo das Aplicações Líquidas dos Fundos e Programas de Financiamento, 1975/77

Tabela A.2 - Banco do Brasil, Saldo das Aplicações dos Fundos e Programas Especiais, 1975/77

Tabela A.3 - BNDE, Aplicações Efetivas por Programas e Subprogramas, 1976/77

Tabela A.4 - FINAME, Liberações por Programas, 1975/77

Tabela A.5 - Caixa Econômica Federal - Saldo das Aplicações dos Programas PIS e PROGIRO, 1975/77

TABELA A.1

BANCO CENTRAL DO BRASIL, SALDO DAS APLICAÇÕES LÍQUIDAS DOS

FUNDOS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO, 1975-77

(Saldos em fins de períodos, Cr\$ milhões correntes)

	1975	1976	1977
1 - FUNAGRI (subtotal)	18 679	43 469	67 070
1.1 - FNRR	13 680	23 567	29 346
1.2 - FUNDEPE	1 326	2 022	2 507
1.3 - FUNDAG	1 592	6 809	11 693
1.4 - FUNDECE	254	309	310
1.5 - Corredores de Exportação	1 582	2 402	4 880
1.6 - PROCAL	192	1 146	1 754
1.7 - PRONAZEM	-	419	1 223
1.8 - Programas da SEPLAN	-	2 708	10 538
1.9 - PROÁLCOOL	-	30	1 509
1.10 - Outros	52	4 057	3 310
2 - Retornos do FIBEP	133	127	164
3 - FUNINSO	41	40	159
4 - BACEN/PROTERRA	2 242	4 012	4 537
5 - GESPE - Operações Especiais	688	607	780
6 - Acordos do Trigo Canadense (I. e II)	240	407	620
7 - Acordos do Trigo Americano (VI ao X)	219	216	294
8 - USAID - Program Loan - 512	885	964	1 028
9 - FDPE	12 776	14 177	18 083
10 - FINEX	2 866	6 064	7 303
11 - FERCAM	80	80	80
12 - Reserva Monetária	7 835	13 828	22 082
13 - Reserva Técnica das Seguradoras	288	300	58
14 - FUMCAP	80	86	94
15 - PROAGRO	48	504	1 263
16 - PIN	-	753	1 284
17 - POLONORDESTE	-	2	11
TOTAL	47 099	85 636	124 910

FONTE: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico - Divisão de Apuração do Sistema Financeiro Nacional, DICON/SERUR.

TABELA A.2

## BANCO DO BRASIL, SALDO DAS APLICAÇÕES DOS FUNDOS E PROGRAMAS ESPECIAIS, 1975-77

Cr\$ milhões correntes

FUNDOS E PROGRAMAS	1975	1976	1977
<u>1 - Com recursos ordinários (Banco do Brasil)</u>	<u>13 772</u>	<u>22 546,7</u>	<u>36 575,9</u>
PROTERRA - FATOR	...	933,2	1 164,2
PROTERRA - PECRO	...	11 620,1	15 834,9
POLOCENTRO - Custeio/Investimento	...	691,7	1 729,6
PRONAZEM - Interterminal	...	165,7	293,0
PROENOR - Composições especiais	...	31,8	24,5
FATOR - CMN 4/11/71	2	1,3	0,2
FUNAGRI - Rural (Resolução nº 195/71 - BACEN)	...	7,0	5,3
Conciliação débito cacauicultores	20	12,7	5,4
Cafê	7 023	8 322,0	16 813,7
BIRD/516 B.B. - Giro Paralelo (20%)	...	0,1	0,1
BIRD/868 B.B. - Giro Paralelo (20%)	...	6,3	2,3
PROEMAT (30%)	...	16,7	7,6
PROCAL - Rural (10%)	...	84,1	102,6
PRODEPE - Giro (20%)	...	3,0	8,2
Indústria Salineira (50%)	...	0,3	0,4
PROBOR-1 (Custeio seringais nativos)	...	-	1,6
Geadas Centro-Sul (composição)	...	250,5	125,1
PRODEMATA	-	-	13,5
PROENE - Composições (Custeio + investimento)	...	8,5	5,5
BIRD/PRODESAR (50%)	...	193,4	197,8
Usinas de Açúcar - CMN 6/11/72	...	168,3	204,6
PDPL - CMN 17/5/73 - Op. Paralelas	...	5,8	6,6
Assistência à Cassiterita	2	3,0	8,2
Programa BID/BACEN	...	0,3	0,2
FUNDIPRA	...	21,1	20,8
<u>2 - Com recursos ordinários de captação e aplicação específica</u>	<u>4 311</u>	<u>4 262,4</u>	<u>2 732,0</u>
FESP	4 311	4 262,4	2 732,0
<u>3 - Com recursos extraordinários</u>	<u>37 006</u>	<u>66 806,9</u>	<u>102 043,5</u>
I - Operações c/repasses e/ou refinanciamento do BACEN	<u>10 258</u>	<u>19 485,8</u>	<u>32 600,9</u>

-continua-

FUNDECE	53	32,3	12,4
FUNDAG/FIBEP (Armazéns e silos)	108	96,0	94,4
BID 205 SF/BR-BACEN/FUNAGRI		84,3	1,3
BIRD 516 BR Invest.-BACEN/FUNDEPE	262	225,4	14,8
BIRD 868 BR Invest.-BACEN/FUNDEPE	1	42,3	119,3
COREX/PAGRI (Projeto Agroindústria)	92	103,0	83,2
PRODOESTE	6	6,3	4,3
PROFIT	47	39,7	36,4
INFAOL		707,9	1 006,7
PROTERRA - PAFAI - I e A	658	429,2	652,2
PROTERRA - FFU		1 193,7	1 292,0
PDPL - Pecuária leiteira (PROPEC)	616	0,4	0,5
BIRD 516 - Paralelo (80%)	33	25,2	9,3
BIRD 868 - Paralelo (80%)	2	2,3	2,3
TECMO - Past. Paralelo BID 205 e BIRD 516	3 838	7 819,9	12 721,0
FINEX		224,1	165,3
FUNAGRI - PECRO - ant. PROTERRA		0,2	0,1
FUNAGRI - TECNI	323	1,0	0,7
FUNAGRI - Fundiários - Faz. Tajuã		13,8	11,2
FUNAGRI - Fundiários - Resoluções 175 e 181 - BACEN		122,3	86,1
Operações de Emergência - Pol. Seca - Res. 147, de 12/6/70 do BACEN	162	10,9	12,3
Cacauicultura - ES	7	57,6	47,2
PROESC	67	39,1	17,9
PROEMAT (70%)	72	16,3	6,7
PROENE (operações especiais)		19,4	12,2
PROENE (composições)	69	2,0	1,6
Custeio (70%)		17,1	21,9
Investimento (90%)	11	77,8	76,0
AVIAGRI	-	756,8	900,4
POLOCENTRO - PATR. Mecaniz.		48,7	69,5
PROCAL - Rural (90%)	389	125,9	75,3
PROCAL - Investimentos, Ind. Est.		23,8	15,5
PROENOR (CREGE) Linha de Crédito	128	13,5	10,6
PROENOR (CREAI) Linha de Crédito		1 726,7	2 018,5
PROENOR (composições)	203	265,8	592,4
PRONAP		11,9	32,9
PRODEPE (investimento)	26	283,8	631,2
PRODEPE (giro) 80%	4	835,0	1 350,4
PRONAZEM (a nível de fazenda)	-	66,3	30,1
PROEX	-	46,2	838,0
Retenção de crias - Programas Especiais	-	357,2	2 148,8
PROALCOOL - Rural	-	0,8	49,7
PROALCOOL - Industrial	-	14,6	114,7
POLONORDESTE (Custeio)	-	0,0	1,9
POLONORDESTE (Investimento)	-	0,8	11,8
POLONORDESTE (Fundiário)	-		
POLONORDESTE (Fatores Técnicos)			
Café	3 010	3 361,6	7 067,2

-continua-

II - Operações de ordem e conta do BACEN			
III - Operações com recursos do PASEP	4 558	6 447,4	7 490,7
IV - Operações com recursos externos	7 604	12 437,0	15 093,2
Resolução 63 - FIREX/FIRAE	7 174	11 947,0	14 599,8
FDI (AID)	96	113,8	85,1
FAD-1 (KfW)	35	54,1	53,0
FAD-3 (KfW)	-	Ø	14,8
FUNDIPRA (BID)	81	42,4	41,6
PRODESAR (BIRD-50%)	144	193,4	197,8
FUNINSO (BID)	68	83,3	99,6
Colheitadeiras Argentinas	6	0,4	0,2
Colheitadeiras Belgas		2,6	1,3
V - Operações c/recursos a provisionados por entidades diversas	10 620	17 445,8	23 952,7
FURAINOR (IAA)	1 198	1 664,6	1 994,1
FURAI SUL (IAA)	1 027	1 309,6	1 460,6
FUNPROÇUCAR (IAA)	5 324	7 691,9	9 605,0
FURAGRO (IAA)	11	11,1	10,8
FUNDIMPLAM (IAA)	48	93,0	102,7
Indústria Salineira (CES-50%)	1	0,4	0,4
PROROR 2 (SUDHEVEA)	23	35,0	47,5
Programa de Eletrificação Rural (GEER)	281	341,3	333,7
FUNGIR (BNH)	234	740,9	1 157,0
FIPLAN (BNH)	2 473	30,5	69,7
FDU (BNH, CEF, PASEP, BB)		5 405,8	7 872,2
FDPI (SEPLAN/PR)		111,2	130,8
PROHEMP	-	-	32,8
REUSA	-	3,9	3,8
FUNGIRO	-	-	228,5
FICAM	-	6,6	15,1
FUNSUCRE	-	-	888,0
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)</b>	<b>55 089</b>	<b>93 616,2</b>	<b>141 351,4</b>

FONTE: Informações diretas do Banco do Brasil, Gerência de Fundos e Programas - GEFUP.

NOTAS:

<sup>a</sup>O total para o ano de 1975 foi obtido estimando-se a parcela de empréstimos com recursos ordinários do Banco do Brasil (para qual não se dispunha de dados) na mesma proporção dos dados efetivos para 1976 e 1977, isto é, cerca de 25% do total.

<sup>b</sup>As aplicações totais nos programas de empréstimo à cafeicultura no ano de 1975 foram divididas entre aplicações com recursos ordinários e aplicações com recursos de repasses do BACEN, com base nos dados efetivos de 1976 e 1977, isto é, cerca de 70% para as primeiras e 30% para as últimas.

<sup>c</sup>Alguns dos fundos incluem empréstimos a entidades do setor público por impossibilidade de separá-los do total. Tal é o caso dos empréstimos com recursos da PASEP, do FUNINSO e do FDU.

TABELA A.3

BNDE APLICAÇÕES EFETIVADAS POR PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ mil	
	1976	1977
1 - Insumos Básicos	<u>9 396 701</u>	<u>16 048 516</u>
Mineração	197 034	720 691
Siderurgia	3 294 430	5 464 802
Metalurgia de Não-Ferrosos	281 428	888 060
Química e Petroquímica	2 893 589	4 398 461
Fertilizantes	518 626	370 525
Celulose e Papel	1 498 492	2 280 308
Cimento	215 191	258 192
FIBASE	497 911	1 667 477
2 - Equipamentos Básicos	<u>10 788 201</u>	<u>15 697 706</u>
Bens de Capital e Componentes	1 832 340	1 858 735
Repasses à FINAME	8 450 000	13 000 000
EMBRAMEC	505 861	838 971
3 - Outros Programas	<u>10 308 208</u>	<u>12 705 392</u>
Operações com Agentes	<u>4 374 009</u>	<u>5 780 157</u>
Pequena e Média Empresas	3 438 218	3 641 916
Fomento Regional	382 416	1 038 592
Fortalecimento dos Agentes	553 375	104 375
Financiamento a Acionistas (FINAC)	-	995 274
Modernização de Empresas (FMRI)	1 073 754	1 073 898
Infra-Estrutura	<u>2 273 217</u>	<u>2 522 114</u>
Ferrovias	585 131	954 421
Rodovias	272 025	200 610
Outros Setores de Infra-Estrutura	1 416 061	1 367 083
Desenvolvimento Tecnológico	163 117	103 125
IBRASA	798 098	394 817
Capitalização de Empresas (PROCAP)	483 924	1 685 848
Outros Projetos	1 142 089	1 145 433
TOTAL (1 + 2 + 3)	30 493 110	44 451 614

TABELA A.4

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL-FINAME,

LIBERAÇÕES POR PROGRAMAS

PROGRAMAS	Cr\$ mil		
	1975	1976	1977
Pequena e Média Empresa (ex- Médio Prazo)	426 298	1 190 835	2 429 100
Longo Prazo	2 228 661	4 442 269	5 732 500
Especial	1 617 408	4 791 162	9 882 500
TOTAL	4 272 367	10 424 266	18 044 100

FONTES: Boletim FINAME - jan./dez. 76.  
Relatório das Atividades/1977 - BNDE.

OBS.: 1 - Dados a preços correntes.

2 - O programa Longo Prazo foi implantado no 2º semestre de 1974, substituindo o Programa FINAME/CEF que liberou recursos até outubro de 1975, um total de Cr\$ 91 174 mil para este mesmo ano.

3 - Em 1975, o total é de Cr\$ 4 363 541 mil, se for incluído o programa FINAME/CEF.